



## “SEMPRE QUIS FALAR, NUNCA TIVE CHANCE”: A ANÁLISE DO PRONATEC/BSM A PARTIR DA VISÃO DA JUVENTUDE PARTICIPANTE

*“I ALWAYS WANTED TO SPEAK, I NEVER HAD THE CHANCE”: THE ANALYSIS OF PRONATEC/BSM FROM THE VIEW OF THE PARTICIPATING YOUTH*

Francisca Rejane Bezerra Andrade\*  
Flávia Gonçalves da Silva\*\*

\*Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação, do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt (Alemanha). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

*E-mail:*  
rejane.bezerra@uece.br

\*\*Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE.

*E-mail:*  
flavia.gsilva15@gmail.com

Recebido para publicação em:  
15.3.2016  
Aprovado em: 24.5.2016

### Resumo

Este artigo discute o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na sua modalidade Brasil Sem Miséria (BSM), a partir da perspectiva de egressos do curso de Pizzaiolo ministrado pelo Centro Regional de Treinamento em Moagem e Panificação José Dias de Macedo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai–Certrem), realizado no Lar Fabiano de Cristo – Casa de Virgínia Smith, em Fortaleza – CE. Reflete sobre as mudanças no mercado do trabalho e as finalidades do Pronatec/BSM, analisando-o a partir da fala dos egressos, apreendendo a relação entre um curso de Qualificação e a inserção no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Juventude. Qualificação profissional. Mercado de trabalho.

### Abstract

This paper discusses the National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec), in its mode named Brazil Without Misery (BSM), from the perspective of the egresses of the Pizzaiolo course taught by the Regional Training Center in Milling and Baking José Dias Macedo, of the National Service of Industrial Learning (Senai–Certrem), offered at Lar Fabiano de Cristo – Casa de Virgínia Smith, in Fortaleza, state of Ceará. This reflects on the changes in the labor market and the purposes of Pronatec/BSM,

analyzing it from the egress speech, understanding the relationship between a Qualification course and the insertion in the labor world.

**Keywords:** Youth. Professional qualification. Labor market.

## Resumen

Este artículo discute el Programa Nacional de Acceso a la Enseñanza Técnica y Empleo (Pronatec), en su modalidad Brasil Sin Miseria (BSM), desde de la perspectiva de los egresados del curso de Pizzero impartido por el Centro Regional de Entrenamiento en Molienda y Panificación José Dias de Macedo, del Servicio Nacional de Aprendizaje Industrial (Senai – Certrem), realizado en el Lar Fabiano de Cristo – Casa de Virgínia Smith, en Fortaleza, estado de Ceará. Reflexiona sobre los cambios en el mercado de trabajo y las finalidades del Pronatec/BSM, analizándolo a partir del discurso de los egresados, evaluando la relación entre un curso de Calificación y la inserción en el mundo laboral.

**Palabras clave:** Juventud. Cualificación profesional. Mercado laboral.

## Introdução

Para se compreender a relação entre juventude, educação e trabalho hoje em dia, é necessário se atentar às transformações socioeconômicas iniciadas no século 20 que permeiam a sociedade capitalista na fase atual. Essas transformações no modo de produção capitalista são chamadas por Harvey (1994) de acumulação flexível.

O autor afirma que esse novo modo de produzir surgiu com a necessidade de encontrar uma forma de conter as contradições inerentes ao capitalismo, de 1965 a 1973. Harvey coloca que a acumulação flexível se caracteriza

pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento financeiro, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1994, p. 140).

Simultaneamente a essa reestruturação produtiva, há o retorno dos ideais liberais, sob a denominação de “neoliberal” no pós-1970, em que os críticos neoliberais ganham terreno com a crise que se instalara, indo de encontro ao Estado intervencionista que surgira no período keynesiano. O Brasil, porém, vivia um contexto específico, não sincronizado com os planos internacio-



nais, aparentemente. O país viveu os processos de modernização do capital tardiamente, nos anos pós-ditadura militar (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Mesmo com o processo de democratização na década de 1980, que culminou na Constituição de 1988, observa-se que o Brasil nunca viveu uma verdadeira democracia, sendo introduzidos no país, a partir de 1990, os ideais neoliberais. O projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, em que há o detrimento da política social em relação à política econômica. Nesse contexto, lamamoto (2012, p. 147) afirma que “[...] o Estado passa a ter um papel menos intervencionista e passa a atender aos interesses do mercado”.

As principais consequências dessa reestruturação produtiva incidem prioritariamente no mundo do trabalho que, segundo Antunes e Alves (2004), passa a apresentar as mais diversas modalidades de trabalho precário. Esse contexto também apresenta, como consequência, o aumento do desemprego estrutural.

Assim, amplia-se a desigualdade social em âmbito nacional e internacional, o que vai afetar de maneira específica a vida de muitos jovens, ocasionando o desemprego juvenil. Dessa forma, projetos e programas educacionais são afetados por esse processo, pois “as políticas educacionais passam a apresentar um componente profissionalizante, com vistas a possibilitar o acesso e permanência do jovem ao mercado de trabalho” (ANDRADE; AMARAL, 2012, p. 32).

• • • • •  
**Embora o desemprego atinja um grande contingente de pessoas, observa-se que os jovens são os mais prejudicados**  
 • • • • •

Embora o desemprego atinja um grande contingente de pessoas, observa-se que os jovens são os mais prejudicados, quando consideradas as faixas etárias. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado “Desemprego dos Jovens no Brasil: Os efeitos da Estabilização da Inflação em um Mercado de Trabalho com Escassez de Informação” (REIS; CAMARGO, 2005), afirma que, após a estabilização da inflação com o Plano Real, em 1994, a taxa de desemprego dos jovens no Brasil aumentou consideravelmente em relação aos adultos.

O IPEA (2011), por meio do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), divulgou que o grupo dos jovens entre 18 e 29 anos representa o maior número de desempregados (54%), evidenciando que o desemprego é particularmente concentrado nos jovens. Contudo, foi observado também que a maioria dos jovens desempregados já teve trabalho remunerado.

Conforme os dados presentes na Síntese de Indicadores Sociais de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que, em 2012, não houve mudanças quanto às características estruturais do desemprego, continuando maior a taxa entre as mulheres e os jovens. Na região Nordeste, por exemplo, 10,3% das mulheres e 16,6% dos jovens de 16 a 24 anos de idade economicamente ativos estavam desocupados.

Outro ponto pertinente é que, ao considerar os dados da PNAD de 2007, Gonzalez (2009) chegou à conclusão de que a possibilidade de o jovem se dedicar exclusivamente aos estudos é diretamente proporcional à renda. Assim, a probabilidade de um jovem estar fora da escola e desempregado era maior nas famílias que tinham até meio salário mínimo (SM). Dessa forma, pode-se inferir que muitas políticas são destinadas a jovens pobres, especialmente as de qualificação profissional.

Nesse contexto, percebe-se o quanto se faz necessário articular essas três categorias: juventude, trabalho e educação. Seguindo essa linha de raciocínio, Santos (2013, p. 79) afirma que

[...] grande parte das ações federais do governo está voltada aos jovens pobres e são entendidas como políticas de inclusão social, tendo como base a inserção desse público no mercado de trabalho, a elevação da escolaridade e a oferta de qualificação profissional.

Diante disso, observa-se que a educação passa a ser compreendida e concebida como instrumento de formação de pessoas para disputar uma vaga no mercado de trabalho. Desse modo, compreende-se o quanto é essencial discorrer sobre os conceitos e aparatos legais da qualificação profissional no Brasil.

## **Qualificação profissional: aparatos legais e conceitos**

Falar de qualificação profissional requer compreender os conceitos que a envolvem, como ela é concebida nos aparatos legais brasileiros, além de caracterizar seus objetivos e funções para a sociedade em geral. Entretanto, antes de defini-la, é preciso compreender o que é educação profissional.

A educação, atualmente, está intrinsecamente relacionada ao mercado de trabalho e, nesse sentido, percebe-se que há uma preocupação maior do Estado em profissionalizar as pessoas para a geração de emprego e renda. No Brasil, a educação é um direito garantido na Constituição Federal (CF)



de 1988. Nela, a educação, conforme se vê no Art. 205, “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Observa-se, assim, a preocupação da educação voltada para o trabalho. Nessa linha, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 39, coloca que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996).

De acordo com o Art. 1º do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, a Educação Profissional será desenvolvida por meio de programas e cursos de qualificação profissional, incluindo formação inicial e continuada de trabalhadores; de educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

A partir dessas legislações, observa-se que a qualificação vai se construindo como política fundamental na sociedade brasileira. A materialização da qualificação, atualmente, é regida com a Política Nacional de Qualificação (PNQ).

Nesse contexto, a PNQ, de 2003 a 2007, apresenta como desafio integrar a Política de Qualificação com as Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e com as dos campos da Educação e do Desenvolvimento, visando “contribuir para uma real superação da sua condição de política eminentemente compensatória [...]” (BRASIL, 2003, p. 25). Logo, a qualificação profissional aparece como política de inclusão social, uma vez que o acesso à qualificação permanente pressupõe o acesso ao mercado de trabalho e a melhores condições socioeconômicas.

Tratando especificamente dos jovens na sociedade brasileira, pode-se notar que a questão da profissionalização é algo bastante pautado no que se confere às leis específicas da juventude. A Lei n. 12.852<sup>1</sup>, de 5 de agosto de 2013, traz no seu Art. 7º que o jovem tem direito à educação de qualidade e no Art. 9º que “o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia [...]” (BRASIL, 2013a).

Pensando qualificação profissional a partir de uma análise teórica, Leite e Posthuma (1996) afirmam que um dos principais problemas ao se trabalhar com essa temática é conceituar a qualificação profissional. As autoras pontuam que a primeira acepção dessa categoria é relacionada ao “tempo de aprendizagem necessário ao desempenho do trabalho”, enquanto a segun-

da compreende a qualificação como construção sociocultural, “[...] que permite incorporar o aspecto político e cultural do fenômeno [e] é fundamental para a elucidação de questões que não dependem apenas de aspectos técnicos, mas de representações sociais presentes no mercado de trabalho [...]” (LEITE; POSTHUMA, 1996, p. 63-64).

De acordo com Ramos (2002), o conceito de qualificação se consolidou, inicialmente, com o modelo taylorista-fordista de produção, em que se inscreveram os padrões de formação, emprego e remuneração. Mas com o passar do tempo, a qualificação passou a ser compreendida a partir de uma relação social complexa entre as operações técnicas, a estimativa de seu valor social e as implicações econômicas e políticas advindas dessa relação.

Com a reestruturação produtiva, a qualificação passa a ser relacionada à noção de competência. Há, com essa mudança de paradigma, uma reconceitualização da qualificação profissional, que vai incidir especificamente na formação profissional. Dessa forma, a competência vem associada à noção de empregabilidade e laborabilidade, já que aproxima a educação das tendências produtivas (RAMOS, 2002).

Nesse novo processo, Ferreti e Silva Júnior (2000) afirmam que a reforma educacional reproduz a dualidade histórica entre a educação geral e profissional no ensino brasileiro, já que haverá a continuidade de educação profissional dirigida a pessoas de baixa escolaridade e inserção social desfavorável; e ela continuará como paliativo ao desemprego, o que leva o Ministério de Educação (MEC) a pautar pelo “modelo de competência”.

No Brasil, a qualificação profissional se constitui como política de emprego e renda, cujo objetivo é aumentar a probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações<sup>2</sup>.

Ao questionar a que sujeitos são destinados determinados tipos de cursos de qualificação, observa-se, por exemplo, que os cursos oferecidos aos participantes do Programa de Acesso ao Nível Técnico e Emprego – Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) são do tipo de Formação Inicial e Continuada (FIC),



já que são destinados a uma camada mais empobrecida e com baixa escolaridade da população. Musse e Machado (2013, p. 237-238) colocam que esse tipo de curso é direcionado “para o mercado de trabalho e não eleva o nível de escolaridade do indivíduo [...] pode ser oferecido por diversas instituições [...] com duração e conteúdo variáveis”.

Logo, observa-se que a qualificação passa a ser essencial na tentativa de promover a inserção social. Entretanto, cabe destacar, como afirma Castel (1998, p. 528), que o desemprego recorrente se constitui de uma dimensão importante do mercado do emprego, já que “[...] é uma das respostas sociais apresentadas à exigência da flexibilidade”. Nesse sentido, o autor já ponderava que, como nem todo mundo é qualificado, atualmente, a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social.

Diante do exposto, faz-se imprescindível conhecer o Pronatec/BSM, visto que se pretende analisá-lo a partir da perspectiva dos jovens egressos. Dessa forma, é necessário compreender como ele é estruturado, para que, posteriormente, seja realizada uma comparação real do que está posto nos documentos com as falas de seus participantes.

## Conhecendo a dimensão do Pronatec/BSM

O Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 26 de outubro de 2011, sancionado pela Lei n. 12.513/2011, cujo Art. 1º afirma que será executado pela União, tendo por finalidade ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações (BRASIL, 2011b).

O Programa é uma iniciativa do MEC e apresenta diversas ramificações, oferecendo cursos de dois tipos: os Técnicos e os FIC, ou qualificação profissional. Os cursos são destinados aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda e são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica; do chamado Sistema S<sup>3</sup>; e por instituições privadas, habilitadas pelo MEC.

Como exposto anteriormente, os programas de qualificação profissional normalmente têm sido voltados para uma camada mais vulnerável da população, constituindo-se como política de inclusão social. Nesse sentido, o Pronatec, entre suas ramificações, apresenta uma modalidade especificamente voltada para essa camada: o Pronatec/BSM.

É no âmbito desse Programa que são ofertados os cursos de Qualificação Profissional, estabelecidos e estruturados pelo Plano Brasil Sem Miséria, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o MEC. O Pronatec/BSM é uma ação de formação profissional voltada para as pessoas com idade a partir de 16 anos, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), por meio de cursos do tipo FIC.

O presente estudo foi feito com jovens que realizaram um curso do Pronatec/BSM, com o objetivo de se fazer uma avaliação real desse Programa. Cabe pontuar, nesse contexto, que os jovens da pesquisa não tinham conhecimento específico sobre a modalidade BSM, como se pode ver em algumas falas: “Pra falar a verdade, eu sei quase nada” (Entrevistado 1); “Não conheço” (Entrevistado 2); “Eu sei que ele é um curso para os jovens que não têm condições de pagar e que ainda ajuda com o benefício para pagar a merenda e a passagem” (Entrevistado 4).

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em 2 de junho de 2011 pelo Governo Federal, por meio do Decreto n. 7.492, sendo coordenado pelo MDS, com a finalidade de promover a superação da condição de extrema pobreza até o fim de 2014<sup>4</sup>.

O Plano se organiza em três eixos de atuação: I – garantia de renda; II – acesso a serviços públicos; III – inclusão produtiva. Cabe aqui destacar o terceiro eixo de ação, voltado para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias brasileiras mais pobres. Matos e Silva (2014) destacam as linhas de ação desse eixo: geração de emprego; apoio ao Microempreendedorismo Individual (MEI); acesso ao microcrédito produtivo orientado; e iniciativas de economia popular e solidária. É na primeira linha que é realizada a qualificação profissional, estruturada em torno do Pronatec/BSM.

A execução do Pronatec/BSM se dá em nível municipal. A Prefeitura se torna participante do Programa por meio do preenchimento de formulário eletrônico pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social. O órgão gestor municipal do Programa deve avaliar a demanda do mercado de trabalho local e o perfil socioeconômico da população inscrita no CadÚnico, e pactuar diretamente as vagas com as Unidades Ofertantes dos cursos, assim como registrar no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)<sup>5</sup> os dados das pessoas que pretendem realizar os cursos de qualificação.

Já a mobilização dos beneficiários deve ser realizada pela rede de assistência social, incluindo os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e as equipes do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas)<sup>6</sup>, sendo necessário que todos estejam informados sobre a oferta do Pronatec/BSM.

Além disso, o gestor municipal do Programa e a equipe do Acessuas devem acompanhar os beneficiários que demandem apoio socioassistencial para permanecer nos cursos, bem como articular as políticas de emprego com o Site Nacional de Empregos (Sine), de forma a garantir a inserção dos beneficiários do programa no mercado de trabalho, além de orientar os beneficiários sobre outras formas de inserção laboral (MATOS; SILVA, 2014).

Em Fortaleza, a Prefeitura ofertou os primeiros cursos no âmbito do Pronatec/BSM no primeiro trimestre de 2012. Não foi possível o acesso a algumas informações dessa época, pois os Cras realizavam individualmente os registros no Sistec, não havendo uma integração das informações de todo o município. Dessa forma, mostrou-se inviável o contato com os participantes dos primeiros cursos ofertados em Fortaleza.

Em 2013, o Pronatec/BSM passou a ter como órgão gestor municipal a Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), sendo executado na Coordenadoria de Gestão de Trabalho e Qualificação Profissional, dentro da Célula de Qualificação Profissional. Nesse ano, os Cras ficaram responsáveis apenas por prestar informações aos beneficiários e realizarem a pré-inscrição nos cursos.

Nesse contexto, é importante relatar que dentro dessa Coordenadoria se encontra a Célula de Emprego/Renda e Gestão do Sine, responsável pela gestão dos Sines municipais, o setor que deve encaminhar, orientar e pactuar vagas para o mercado de trabalho. Essa célula também é executora do Pronatec Seguro-desemprego.

Após um breve conhecimento acerca da estruturação do Pronatec/BSM, é necessário ir além e avaliar se a forma como ele vem sendo desenvolvido está contribuindo para uma formação que possibilite uma inserção qualificada no mundo do trabalho, capaz de contribuir para uma ascensão econômica e social. Dessa forma, compreende-se o quão imprescindível é a escuta dos participantes desse Programa, pois são as experiências deles que contribuirão para uma avaliação qualitativa do mesmo.

## Construindo o perfil dos jovens egressos do curso de Pizzaiolo

De forma a conhecer os participantes do curso do Pronatec/BSM, compreendendo a realidade socioeconômica deles, é necessário construir o perfil dos jovens entrevistados, pois, segundo Musse e Machado (2013, p. 238),

conhecer o indivíduo que se qualifica é fundamental para tornar as políticas públicas mais efetivas, identificar suas fraquezas e direcioná-las para o público-alvo das mesmas com maior eficácia.

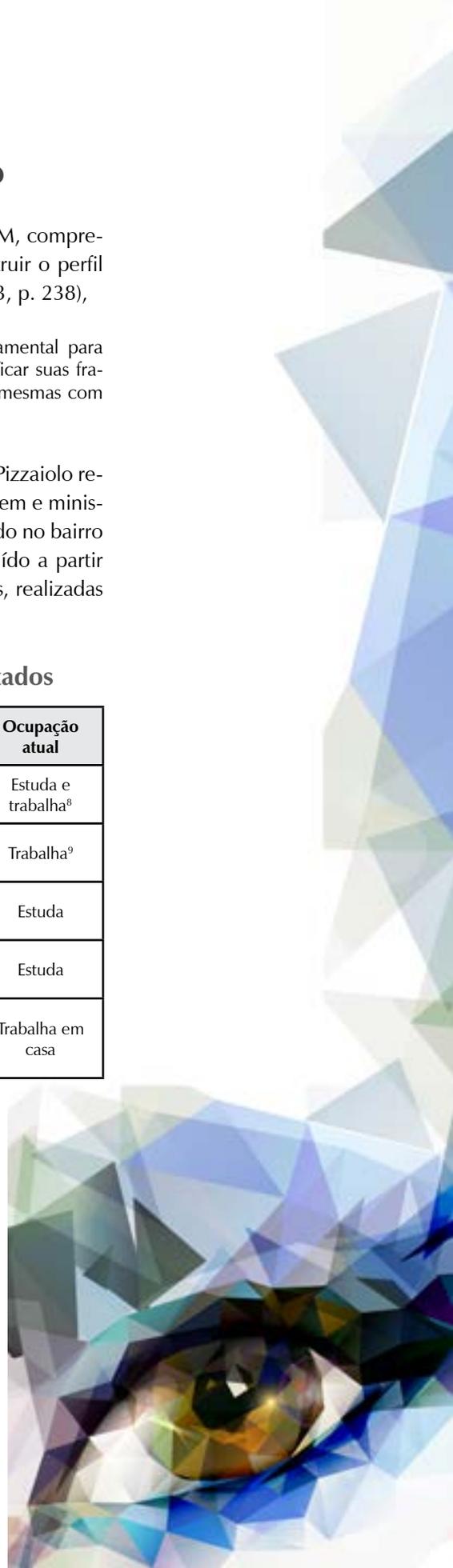
Foram entrevistados 5 (cinco) jovens que concluíram o curso de Pizzaiolo realizado em 2014, no turno da manhã, ofertado pelo Senai-Certrem e ministrado no Lar Fabiano de Cristo – Casa de Virgínia Smith, localizado no bairro Maraponga, em Fortaleza. O perfil socioeconômico foi construído a partir da obtenção de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente. Ver o Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1 - Perfil dos jovens egressos entrevistados**

Identificação	Sexo <sup>7</sup>	Idade	Escolaridade	Renda Familiar	Ocupação atual
Entrevistado 1	M	17	Ensino Médio – Cursando	2 e 1/2 SM	Estuda e trabalha <sup>8</sup>
Entrevistado 2	F	22	Ensino Médio Completo	2 SM	Trabalha <sup>9</sup>
Entrevistado 3	F	28	Ensino Médio – Cursando	1 SM	Estuda
Entrevistado 4	F	17	Ensino Médio – Cursando	1 SM	Estuda
Entrevistado 5	M	20	Ensino Fundamental II Incompleto	Não sabe	Trabalha em casa

A partir dos dados do Quadro 1, juntamente com os relatos durante a entrevista, percebe-se que as formas de interação social de cada um desses participantes são vividas de maneira singular, pois como afirma Costanzi (2009, p. 26): “Apesar dessa singularidade geracional, a juventude apresenta uma heterogeneidade elevada [...]”.

Foi possível observar essas singularidades em algumas falas, quando os jovens foram perguntados sobre sua ocupação atual: “Estudo e trabalho. Pela manhã, eu trabalho aqui pelo projeto novo da Companhia Energética do Ceará, o Coelce



Digital<sup>10</sup>, em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI)<sup>11</sup>, a minha tarde é livre, à noite eu estudo” (Entrevistado 1); “Fazia o curso do Pronatec, mas acabou, estou sem fazer nada por enquanto” (Entrevistado 4). “O esporte que eu pratico é só o vôlei, mas é pela noite, à tarde eu cuido da casa, quando a minha tia sai pra trabalhar, aí eu fico só dentro de casa cuidando da casa mesmo” (Entrevistado 5).

A partir das falas, são identificados caminhos diferenciados que cada um seguiu após a finalização do curso e se percebe, também, que alguns desses sujeitos atribuem o significado de ocupação a algo que realizam externamente aos seus lares – alguns não consideram estudar uma ocupação. Uma fala que é interessante destacar é a do Entrevistado 5, em que ele afirma que apenas cuida da casa. Entretanto, com o desenrolar da entrevista, nota-se que ele trabalha de maneira informal com sua tia, a qual possui uma banca de comida, em que ele ajuda nos preparos dos salgados e outros alimentos.

Levando em consideração a questão etária, Musse e Machado (2013) verificam que a partir dos dados da PNAD 2007, de maneira proporcional, as pessoas entre 19 e 24 anos (31,13%) e na faixa de 25 a 29 anos (30,61%) são as que mais frequentam a educação profissional.

Em relação ao sexo dos participantes, observa-se, a partir do Quadro 1, que das cinco pessoas entrevistadas, três são do sexo feminino e duas do masculino. Musse e Machado (2013), ainda tomando por base a PNAD 2007, visualizaram que as mulheres frequentam mais cursos de educação profissional quando comparado aos homens, tanto em proporção (4,31% das mulheres contra 3,78% dos homens) quanto em números absolutos (3,023 milhões de mulheres contra 2,515 milhões de homens).

No que diz respeito à renda, observa-se que a média de renda familiar mensal dos participantes da pesquisa varia de um a três salários mínimos, sendo que uma pessoa não soube responder. A renda é um fator crucial para se analisar, visto que, muitas vezes, os cursos de qualificação profissional são destinados às camadas mais empobrecidas da população, como é o caso do programa em estudo.

Quanto à escolaridade, percebe-se uma diferenciação maior entre os jovens. Observa-se que os dois jovens de 17 anos encontram-se cursando o 2º ano do ensino médio, ambos estão na faixa etária correta. Já o entrevistado 3, que está com 28 anos, encontra-se cursando também o ensino médio, entretanto, o mesmo se encontra fora da faixa. Pelo seu relato, verifica-se que seu retorno aos estudos é recente e que o atraso se deu durante o período em que fez o ensino fundamental, concluído posteriormente, por meio do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (Projovem), outro programa federal.

Nesse contexto, é importante pontuar que o Entrevistado 2, que tem 22 anos e possui ensino médio completo, não terminou a educação básica na faixa etária correta; e que o Entrevistado 5, que está com 20 anos, abandonou os estudos no 9º ano do ensino fundamental II, em 2014, e o motivo se deve a ele ter tido que trabalhar nesse período, mas o mesmo pensa em voltar a estudar.

A partir do perfil educacional dos participantes, nota-se que a educação brasileira ainda é permeada por problemas e desafios, principalmente para os jovens de baixa renda, que muitas vezes enfrentam escolhas entre trabalhar e estudar, por exemplo. Nesse contexto, Costanzi (2009, p. 27) afirma que:

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional [...] Além disso, persiste a necessidade de elevação da escolaridade e da melhoria da sua qualidade.

Analisados todos esses pontos, foi possível conhecer e traçar o perfil desses jovens, que apresentam semelhanças, como a renda familiar, e singularidades, como a escolaridade e a ocupação atual. Esse conhecimento é essencial para que se possa avaliar se o Pronatec/BSM atende às necessidades específicas desses jovens, que veem o Programa como oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

Apresentados os sujeitos que compõem a análise desse estudo, faz-se necessário apreender a perspectiva que eles têm do Pronatec/BSM e sua participação dentro do programa, como forma de conhecer e analisá-lo a partir das experiências vividas por eles, dentro de uma perspectiva qualitativa.

## **Participação e avaliação da juventude do Pronatec/BSM**

Pensar em políticas públicas requer pensar as necessidades da sociedade. Dessa forma, as políticas voltadas aos jovens recaem sobre ações que visem interferir nos “seus problemas”. Segundo Sposito e Carrano (2003, p. 21),

é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos ‘problemas da juventude’.



Entretanto, é necessário que as juventudes possam se expressar e propor ações voltadas para elas mesmas. Nesse sentido, é importante que sejam apreendidos pela fala dos jovens o que os levou a participar de determinadas ações e programas e como eles avaliam sua passagem por esses espaços.

No caso dos jovens que participaram do curso de Pizzaiolo por intermédio do Pronatec/BSM, observou-se que os principais fatores que os motivaram foram: a oportunidade de adquirir novos conhecimentos; de ter um negócio próprio na área da alimentação; e a tentativa de entrar em um novo ramo. Verificam-se alguns desses pontos nessa fala: “Me representou, eu vi uma oportunidade de alcançar um objetivo, um exemplo, um trabalho, eu queria ser, alcançar, fazer meu próprio negócio [...]” (Entrevistado 3).

No entanto, é necessário identificar a participação deles dentro do Programa, relacionando, principalmente, como eles se enxergam nesse processo. Cabe, portanto, apontar que o sentido de participação aqui atribuído é o de trazer os participantes como sujeitos, realizando, assim, uma avaliação do Programa a partir de suas experiências.

Acerca disso, Arelaro (2007, p. 905) afirma, contudo, que

[...] a admissão de que os ‘usuários’ também podem ser avaliadores das políticas implementadas, pois são eles que experimentam, no cotidiano, as práticas e as consequências dessas ações, não tem se constituído na orientação predominante.

Contudo, é necessário que os jovens participantes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, e não como meros receptores de políticas.

Ao partir para a análise do real, observa-se que, muitas vezes, os jovens participantes de ações públicas não se veem como formuladores de propostas de mudanças. Quando perguntados sobre como eles avaliavam sua participação no Programa, avaliaram sem apreender a totalidade, como se observa nessa fala: “Minha avaliação? Posso dizer que é boa, não posso dizer que é ótima, é boa. No desenrolar do curso, eu me dei bem na parte teórica; na prática, fui um dos alunos aprovados, dos que não faltaram” (Entrevistado 1).

Em relação ao processo de escuta, todos identificaram o quão importante é ser ouvido no decorrer do curso, uma vez que a escuta possibilita conhecer os motivos que levaram pessoas a desistirem do curso, saber como elas avaliaram o curso, entre outros motivos. Nesse contexto, uma fala que merece atenção:

• • • • •  
**É necessário que as juventudes possam se expressar e propor ações voltadas para elas mesmas**

• • • • •

Às vezes, ninguém sabe quem fez o curso ali, ninguém sabe o que aconteceu com essas pessoas, se estão trabalhando na área, ou que fim levou aquele conhecimento que você aprendeu naquele momento, naqueles meses. Eu acharia muito importante mostrar que você tem um valor, aquele tempo necessário que você esteve ali aprendendo e mostrar o que você aprendeu (Entrevistado 3).

A escuta se mostra, portanto, como técnica qualitativa de avaliação, no entanto, foi identificado que não houve uma avaliação do Programa com os participantes. Eles relataram que tiveram a oportunidade de avaliar o curso em si, por meio do instrumental dado pelo Senai, onde avaliavam cada disciplina ministrada.

Essa fala mostra, contudo, outro aspecto importante que merece destaque: a responsabilização do próprio indivíduo. Observa-se que os próprios sujeitos internalizam que a responsabilidade de colocar para frente o que aprenderam é deles, desresponsabilizando, assim, o Estado.

Sabe-se, por conseguinte, que as políticas sociais vivem um paradoxo permeado pela contrarreforma do Estado brasileiro e os avanços democráticos. Segundo Behring e Boschetti (2009), o neoliberalismo traz para as políticas sociais a marca de seu trinômio articulado: privatização, focalização (seletividade) e descentralização. Na área da política da qualificação profissional, Andrade e Macambira (2014) afirmam que tem prevalecido um modelo de educação focado, essencialmente, na inserção de jovens no mercado de trabalho. Os autores destacam que essas medidas são extremamente focalizadas, de caráter imediatista e restritivo.

Nesse sentido, o Plano Brasil Sem Miséria, que procura articular diversas linhas de ação, vai ser implementado nessa lógica. Matos e Silva (2014) afirmam que, se por um lado, as ações de qualificação profissional foram priorizadas, por outro, não é possível dizer que tenham conseguido avançar no fortalecimento das articulações das ações de assistência social com a intermediação de mão de obra.

Assim, é perceptível a falta de articulação entre o Pronatec/BSM com outras ações de intermediação de mão de obra e inclusão produtiva, conforme observado nas entrevistas. Nenhum dos jovens foi encaminhado para um balcão de emprego ou estágio, ou orientado sobre outras formas de inserção laborativa: “Não. O que faltou foi isso aí” (Entrevistado 3).

Nota-se, então, a falta de articulação do Programa com as políticas de geração de emprego e renda. Filgueiras (2011) aponta que entre as várias limitações que se pode tecer à política de qualificação está a desarticulação entre oferta

de qualificação e demais instrumentos da política de emprego, como, por exemplo, o crédito. Cabe aqui colocar a questão do crédito em destaque:

Estava querendo ampliar um espaço lá em casa, uma sala. Pelo menos começar, só o *delivery*, que é só chegar lá e entregar, eu fiquei pensando como é que eu ia fazer, mas aí faltou justamente o capital pra eu poder exercer a profissão [...] (Entrevistado 3).

Entende-se que não há um verdadeiro estímulo à implantação do micronegócio. Matos e Silva (2014, p. 236) observam que o MDS “não conta com mecanismos eficazes para orientar os beneficiários de seus programas para o MEI”<sup>12</sup>. Nesse sentido, Filgueiras afirma que uma crítica feita às políticas de emprego é

a adoção da lógica do empreendedorismo, com o propósito de transformar o trabalhador em autônomo e dono do próprio negócio, sem que as condições e apoios necessários lhe sejam oferecidos. (FILGUEIRAS, 2011, p. 448).

Em relação aos pontos positivos, observa-se na fala dos jovens que o Programa os estimulou a se veem como sujeitos capazes de aprender coisas novas: “Trouxe mudanças na vida pessoal e familiar. Eu aprendi a respeitar mais, a amar, a ter cuidado com as coisas que a gente fala, que a gente faz” (Entrevistado 4).

Cabe ressaltar que todos os jovens que participaram da pesquisa apontaram a experiência do Programa, em sua amplitude, como positiva. Relataram que o curso foi bem desenvolvido e trouxe maior desenvolvimento de suas capacidades. Eles relataram que, se pudessem realizar outro curso por meio do Pronatec/BSM, fariam, sem dúvida.

Sabe-se que o Pronatec/BSM tem a pretensão de estimular o retorno ao sistema educacional de pessoas que estavam distantes das salas de aula e necessitam de qualificação profissional, com vista a elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2013b). Dessa forma, a relação do Programa com o mundo do trabalho será discutida no próximo tópico.

## **Pronatec e mundo do trabalho: terminei o curso, e agora?**

O fim do século 20 foi marcado pelas transformações no modo de produção capitalista, as quais foram chamadas por Harvey (1994) de “acumulação flexível”, juntamente com a entrada dos ideais neoliberais. O conhecimento desses dois fatores é essencial para se compreender a dinâmica

atual do mundo do trabalho e a centralidade das políticas de qualificação profissional.

Somando-se a esses fatores, observa-se também o aumento do desemprego juvenil, o que faz com que muitas políticas de juventude sejam voltadas para a qualificação e inserção no mercado de trabalho. Segundo Costanzi (2009, p. 38), a inserção de uma quantidade significativa de jovens brasileiros no mercado de trabalho ainda é precária e se caracteriza pelas elevadas taxas de desemprego e informalidade, assim como por baixos níveis de rendimento e de proteção social.

Antunes e Alves (2004) colocam que a classe trabalhadora, hoje em dia, compreende as pessoas que vivem da venda da força de seu trabalho e que não possuem meios de produção. No entanto, elas têm vivenciado um processo multiforme. Entre as principais tendências desse processo, os autores citam: formas desregulamentadas de trabalho; aumento de novos trabalhadores nas várias modalidades de trabalho precarizado, como os terceirizados, subcontratados e no modelo *part-time*; aumento do trabalho feminino, principalmente em tipos de trabalho precarizados e desregulamentados; expansão dos assalariados médios no setor de Serviços; crescente exclusão dos jovens, que, sem perspectiva de emprego, aumentam as fileiras dos trabalhos precários e dos desempregados; exclusão dos trabalhadores idosos; crescente expansão do trabalho no Terceiro Setor; expansão do trabalho em domicílio; e a configuração do mundo do trabalho cada vez mais transnacional.

Compreendendo esse contexto, é necessário relacionar a passagem dos jovens participantes do curso do Pronatec/BSM e sua inserção no mundo do trabalho. Cabe lembrar que esses jovens não foram encaminhados para nenhum balcão de emprego, dessa forma, após o curso, eles vivenciaram experiências diferenciadas.

Dos jovens entrevistados, dois (Entrevistados 1 e 2) se inseriram como monitores do Projeto Coelce Digital, que estava sendo realizado no Lar Fabiano de Cristo – Casa de Virginia Smith. Ambos haviam feito um curso de Informática realizado pelo CDI e foram indicados para serem monitores nesse projeto. Assim, permearam por uma área diferenciada do curso que realizaram pelo Pronatec/BSM, cabendo ressaltar que o Entrevistado 1 tem pretensões de seguir sua vida profissional na área de Informática, já o Entrevistado 2 afirma que gostaria de seguir a carreira profissional na área de Pizzaiolo.

Destacando as dificuldades encontradas por esses jovens para se inserirem no mundo do trabalho, observa-se a falta de oportunidade, como relatado na fala da Entrevistada 4: “Não é uma coisa imediata, que você termina e aonde você for, vai arranjar emprego, você tem que ter muita paciência” e a falta do microcrédito, como já relatado no tópico anterior, na fala da En-



trevistada 3: “Justamente porque não teve, não tive como seguir em frente, o desafio foi esse”.

Por essa fala, notam-se algumas tendências apontadas por Antunes e Alves (2004), como a exclusão dos jovens do mundo do trabalho e a ampliação do setor de Serviços. Outro ponto importante de analisar é a desapropriação dos meios de produção da classe trabalhadora. Iamamoto (2012) coloca que a existência do “trabalhador livre” nessa forma de organização social da produção torna o indivíduo que trabalha em um “pobre virtual”<sup>13</sup>.

Nessa lógica, observa-se que o Entrevistado 3 tem pretensão de abrir um negócio próprio, entretanto, não possui meios de implementá-lo. É necessário ressaltar novamente, contudo, o incentivo que tem sido dado atualmente para a criação dos micronegócios, sem dar a todos a oportunidade de acesso ao microcrédito.

Segundo Antunes e Alves (2004), uma das características presentes no mundo do trabalho atual é a presença das formas mais desregulamentadas de trabalho, com a redução dos empregos formais. Percebe-se, nesse contexto, a ampliação de empregos mais precarizados e sem maior fiscalização por parte do Estado, o que faz com que muitos trabalhadores não tenham uma carteira de trabalho assinada, ficando desprotegidos.

Essa forma desprotegida de trabalho foi vivenciada pelo Entrevistado 5, que trabalhou durante cinco meses após a finalização do curso em um restaurante. Segundo ele, lá, ele fazia pizza, atendia aos clientes, além de ficar no caixa. Ele afirmou que a sua carteira não era assinada: “No primeiro dia, ele disse que ia assinar com três meses, passaram os três meses e não assinou [...]”, e relatou que saiu “porque era muito pesado, era de sete da manhã as sete da noite”. É importante citar que, naquele emprego, ele não recebia um salário mínimo.

Questiona-se, nesse contexto, para que mercado de trabalho essa qualificação profissional está direcionada, visto que os participantes não se inseriram em formas de trabalhos formais e regulamentadas, o que não lhes garantia nenhuma proteção social e trabalhista. Assim, observam-se várias infrações ao Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como: a carteira de trabalho não assinada; a jornada de trabalho superior a oito horas por dia; e a remuneração abaixo do salário mínimo estabelecido.

Muitas vezes, as leis são descumpridas, não havendo uma fiscalização eficaz por parte do Estado. Dessa forma, milhares de trabalhadores se sujeitam a essas condições por falta de oportunidades melhores, ficando desprotegidos, sem acesso aos direitos sociais e trabalhistas, alimentando a esperança de que, após essa experiência profissional, melhores oportunidades virão.

A maioria dos jovens entrevistados, após o curso, trabalhou de maneira informal na área da Alimentação, recebendo encomendas de pessoas conhecidas. Entretanto, nem todos puderam continuar a trabalhar dessa forma, já que entre as dificuldades apontadas, eles não possuíam um capital inicial para que pudessem comprar os materiais necessários. O Entrevistado 5, contudo, por mais que considere apenas uma “ajuda”, trabalha com sua tia, de maneira informal, preparando as comidas, como salgado, que ela vende na sua banca.

Antunes (2011), sobre os modos de ser da informalidade, observa que uma fenomenologia preliminar mostra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a contratos temporários, sem estabilidade, sem registro na carteira, dentro ou fora de empresas, tanto em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Nesse sentido, pode-se inferir que os participantes da pesquisa realizaram atividades informais na condição de desempregados.

Nesse contexto, percebe-se que o trabalho informal se delinea pelas formas mais precárias de trabalho, negando o acesso aos direitos sociais e trabalhistas. É necessário ter essa compreensão, uma vez que os trabalhadores com um mínimo de qualificação, geralmente, inserem-se na informalidade. Essa é a realidade com que os jovens vão se deparar ao entrar no mundo do trabalho.

Contudo, é interessante discutir o mundo do trabalho juntamente com a qualificação profissional, pois são categorias que estão amplamente relacionadas. As políticas de qualificação visam, como o Pronatec/BSM, facilitar a inserção no mundo do trabalho, porém, cabe questionar que tipo de inserção os jovens egressos estão tendo, visto que o mundo do trabalho se mostra muitas vezes precário e sem possibilidade de ascensão econômica e social.

## Considerações finais

Percebe-se que, entre as vulnerabilidades relacionadas às juventudes, tem destaque o desemprego juvenil. Nesse contexto, nota-se a ampliação de políticas voltadas para a qualificação profissional desses jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, objetivando promover uma inclusão social por meio da inserção no mundo do trabalho.

Sobre a análise do Pronatec/BSM, na perspectiva dos jovens egressos do curso de Pizzaiolo, merece destaque a falta do conhecimento dos participantes



• • • • • • • • • •

**Em quais condições reais esses sujeitos são socialmente incluídos após participarem de um programa de qualificação profissional?**

• • • • • • • • • •

acerca do Programa, mostrando que falta um trabalho de orientação e comunicação com esses jovens. Observou-se também que os jovens não se viam como sujeitos propositores e que analisaram sua participação dentro do Programa como estudantes.

Verificou-se, ainda, que muitos desafios permeiam a efetividade do Programa. Nota-se a ausência de uma intersectoriedade entre as políticas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda, não havendo uma medida que assegure que os participantes vão ser inseridos em formas de trabalhos regulamentadas, além de não haver um real acompanhamento das demandas desses jovens. Após a finalização do curso, a responsabilidade de colocar para frente o que aprenderam recaiu sobre os próprios jovens, ocorrendo, assim, uma desresponsabilização do Estado.

Nesse contexto, cabe o questionamento: em quais condições reais esses sujeitos são socialmente incluídos após participarem de um programa de qualificação profissional? Observa-se que o Pronatec/BSM aparece, por vezes, mais como ação de assistência social do que de qualificação profissional e inclusão produtiva. Vale, então, destacar que ele não tem apontado efetivamente para uma mobilidade social nas novas gerações.

Diante desse contexto, nota-se por que compreender as vivências e experiências dos egressos desses cursos é tão importante, sendo um instrumento necessário para a avaliação de efetividade das políticas públicas. Espera-se, assim, que esse trabalho possa ampliar o debate entre essas categorias trabalhadas, como também contribuir para uma real análise das políticas de juventude, de qualificação profissional e de emprego e renda, que são muitas vezes reconhecidas como políticas de inclusão social.

## Notas

<sup>1</sup> A Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

<sup>2</sup> Informações disponíveis no portal do Trabalho e Emprego: <<http://portal.mte.gov.br/pnq/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>3</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

<sup>4</sup> Informações retiradas do site do Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

- <sup>5</sup> Sistema em que são realizadas as pré-inscrições dos beneficiários pelos órgãos municipais responsáveis.
- <sup>6</sup> O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho. Informações disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/programa-de-acessibilidade-ao-mundo-do-trabalho/acessuas-institucional>>. Acesso em: 29 jul. 2015.
- <sup>7</sup> M= Masculino, F = Feminino.
- <sup>8</sup> É monitora do projeto Coelce Digital, da Companhia Energética do Ceará (Coelce). O projeto Inclusão Digital é desenvolvido em parceria com o Coelce Digital e “atua em Comunidades Populares, buscando ampliar os conhecimentos de formação e qualificação dessa população, possibilitando a inclusão digital desse segmento [...]”. Para mais informações, ver o site do Comitê para a Democratização da Informática (CDI). Disponível em: <<http://cdiceara.org.br/projetos/mentes-emprededoras/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- <sup>9</sup> Ajuda a tia com os trabalhos domésticos e com a banca de comida.
- <sup>10</sup> É monitor do projeto Coelce Digital (ver nota 8 para mais informações).
- <sup>11</sup> O CDI é “uma organização não governamental sem fins lucrativos que desenvolve trabalho pioneiro de promoção da inclusão social, usando a tecnologia da informação como instrumento para a construção e o exercício da cidadania [...]” (CDI, 2015).
- <sup>12</sup> “Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. A Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado”. Informações retiradas do Portal do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- <sup>13</sup> Pobre, enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. Como a capacidade de trabalho, é mera potência; o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas (IAMAMOTO, 2012, p. 159).

## Referências

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; AMARAL, Marcelo Parreira do. Educação e trabalho no século XXI: as condições sociais dos jovens no processo de transição escola-emprego na Alemanha e no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 20, p. 29-54, jul./dez. 2012.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior. Trabalho e interação: influências conceituais para uma política pública de qualificação profissional da juventude. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Universidade Estadual do Ceará, 2014. p. 137-158.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2013.

ARELARO, Lisete R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 899-919, out. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2 do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jun. 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 ago. 2013a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação**: PNQ: 2003-2007. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.oei.es/etp/plano\\_nacional\\_qualificacao\\_brasil.pdf](http://www.oei.es/etp/plano_nacional_qualificacao_brasil.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. **Pronatec Brasil sem Miséria**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/Pronatec\\_BSM\\_nova\\_04.2013.pdf](http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL sem miséria. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e->>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CDI. **Conheça o CDI**. Fortaleza, 2015. Disponíveis em: <<http://cdiceara.org.br/conheca-o-cdi/conheca-o-cdi/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. [Brasília, DF]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/252>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 109, mar. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 1 jul. 2014.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 438-460, jul./set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 jul. 2014.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2009. p. 109-128.



HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. pt. 2, p. 175-184.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2013**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**: trabalho e renda. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110216\\_sips\\_trabalhoerenda.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110216_sips_trabalhoerenda.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 63-76, 1996. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n01/v10n01\\_08.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n01/v10n01_08.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2014.

MATOS, Franco de; SILVA, Danilo Fernandes Lima da. Políticas de inclusão produtiva e qualificação profissional: a execução do PRONATEC Brasil Sem Miséria e o seguro-desemprego na Bahia, no Ceará e em Sergipe. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). **Estado e políticas sociais**: fundamentos e experiências. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Universidade Estadual do Ceará, 2014.

MUSSE, Isabel; MACHADO, Ana Flavia. Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 237-262, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182013000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 jul. 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, set. 2002. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/mn\\_ramos.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/mn_ramos.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2014.

REIS, Maurício Cortez; CAMARGO, José Márcio. **Desemprego dos jovens no Brasil**: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1116). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4292&catid=309](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4292&catid=309)>. Acesso em: 1 jul. 2015.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária: por quê? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). **Trabalho e formação profissional**: juventudes em transição. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Universidade Estadual do Ceará, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2008.